

Paz e justiça é a meta da grande reforma agrária

O presidente do Incra, Paulo Yokota, garante que o Brasil tem hoje todas as condições para prosseguir uma reforma agrária "pacífica e constitucional" o que permitirá que o próximo governo emita cerca de 500 mil títulos por ano. Para cumprir essa meta, acredita ele, "basta apenas determinação política, pois tecnicamente é perfeitamente possível, com a reestruturação havida no Incra, o fortalecimento dos órgãos estaduais de terra e o apoio assegurado de órgãos de fomento ao desenvolvimento, como o Banco Mundial e o BID".

Para Yokota o atual governo deixa uma herança muito positiva em questões fundiárias, "à altura do legado político do presidente Figueiredo". Cita que nos últimos cinco anos foram entregues 800 mil títulos de terra, o que permitiu a legalização de uma área de mais de 50 milhões de hectares, extensão de terras que supera a soma da superfície dos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Bahia. Ele aponta, como uma transformação significativa nas últimas duas décadas, desde o advento do Estatuto da Terra, o crescimento de uma forte classe média rural. Nesse período "o Brasil produtivo dobrou de tamanho", segundo ele.

AUMENTO DA PRODUÇÃO

Produtores rurais nordestinos que receberam seus títulos definitivos de propriedade, conseguindo a partir daí acesso ao crédito, aumentaram em até sete vezes sua produção agrícola. A conclusão é de um professor norte-americano, John Strasma, como resultado de uma pesquisa que abrangeu quase 40 mil propriedades rurais, que tiveram suas posses regularizadas na região.

Técnicos do Banco Mundial constataram, efetivamente, que a falta de segurança sobre a posse da terra causa problemas muito além dos conflitos e disputas que se instalam entre posseiros e eventuais proprietários. A falta da documentação impede uma atividade mais eficiente, na medida em que o agricultor não tem a segurança necessária para fazer investimentos em produtividade e aumento da produção.

Durante o primeiro simpósio internacional sobre experiência fundiária feito no Brasil, técnicos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) puderam apresentar dados sobre o desenvolvimento do Nordeste, um programa iniciado em 1981, que vieram confirmar a estreita relação existente entre a titulação das terras e o aumento da produção de alimentos, com maior produtividade. O programa teve um empréstimo de 30 milhões de dólares e foi a primeira vez que o BID financiou um projeto de cadastro e titulação de terras, de forma independente.

Na base dessa iniciativa estava uma constatação dramática feita pelo Incra: 90% das propriedades rurais nordestinas eram carentes de titulação adequada. Até o primeiro semestre deste ano, as metas de discriminação de terras não haviam sido inteiramente alcançadas, mas em compensação, a demarcação das propriedades superou os objetivos inicialmente estabelecidos. E segundo constatou o banco, a titulação das propriedades resultou segundo constatou o banco, a titulação das propriedades resultou em incentivo para o produtor fazer investimentos, o que não aconteceu nas propriedades que ainda não foram tituladas.

RECURSOS EXTERNOS

Até 1979, as ações fundiárias no Brasil não contavam com qualquer tipo de recurso externo. E as limitações orçamentárias contribuíam para que os resultados não fossem além de modestos. Hoje, organismos internacionais de fomento ao desenvolvimento, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, participam ativamente no apoio aos trabalhos para solução dos problemas fundiários do país.

Essa colaboração começou com o projeto Incra/Bid, também batizado como Polonordeste, que já no início deste ano alcança a titulação de 130 mil famílias de pequenos produtores rurais nordestinos. Esse programa começou em 1981, contando com um crédito de 30 milhões de dólares. E seu sucesso explica a atenção que a área fundiária vai merecer no grande Projeto Nordeste, mais conhecido como "Nordestão".

O "Nordestão" começa em 1985 prevendo trabalho para cinco anos, período em que se pretende beneficiar com a regularização fundiária a mais de 600 mil famílias de pequenos produtores rurais, representando área de 40 milhões de hectares. Esse projeto será financiado pelo Banco Mundial, que também está financiando o segmento fundiário do Polonordeste, programa que está realizando o assentamento, de 15 mil famílias em projetos de colonização em Rondônia.

Todo esse apoio internacional, por outro lado, vem permitindo ao Incra incorporar métodos mais modernos nos trabalhos fundiários. Hoje, o Brasil já usa largamente os aerolevantamentos nos trabalhos de discriminação e emite títulos por computador, além de utilizar a informática também na elaboração de plantas e memoriais descritivos, ganhando em rapidez e segurança na elaboração desses documentos.

E são exatamente os três grandes programas de distribuição de terras e regularização, que vêm sendo desenvolvidos com o



A área titulada equivale a todo o Sul do País

apoio dos bancos internacionais, que vão garantir a manutenção do trabalho fundiário em ritmo acelerado, nos próximos anos.

Segundo o presidente do Incra, o governo federal levou 20 anos para completar a entrega do primeiro milhão de títulos de terras. "Mas a aceleração dos trabalhos permitiu aumentar a média anual de titulação de algo como 25 mil documentos/ano, no período 1964-78, para um número em torno de 250 mil títulos/ano, no governo Figueiredo", explica Paulo Yokota.

Em função disso e contando com créditos externos assegurados em montante superior a 300 milhões de dólares nos próximos anos, Yokota diz que os órgãos fundiários brasileiros terão condições para estabelecer uma média anual de distribuição de títulos de terra da ordem de 500 mil documentos anuais. Com isso, o país estaria na iminência de completar a entrega de 1 milhão de títulos de terra a cada dois anos e praticamente eliminar a questão fundiária do contencioso nacional, já no final do próximo governo.

NOVAS FRONTEIRAS

O programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do

e orientado de ocupação física e econômica do território, se apóia em três grandes ações no setor de comunicações: o asfaltamento já concluído da BR-364, ligando Cuiabá a Porto Velho em uma distância superior a 1.400 quilômetros; a construção e manutenção de uma grande rede de estradas vicinais e o fortalecimento do sistema rodoviário do jovem estado de Rondônia.

SOLUÇÃO AO NORDESTE

A redenção da região nordestina, pela superação da pobreza e a promoção do desenvolvimento na região, tem muito a ver com a administração eficiente da água na área, mas igualmente depende um de um grande trabalho de regularização fundiária e redistribuição de terras, para permitir uma atividade produtiva a milhões de famílias de pequenos agricultores.

O segmento fundiário do grande Projeto Nordeste, pretende ser parte da resposta para esse problema, nos próximos cinco anos. Com o início do "Nordestão", este ano, os trabalhos de regularização fundiária serão ampliados para 40 milhões de hectares. O projeto deverá abranger 10 estados da região e usar as tecnologias mais modernas nesses trabalhos, como os levantamentos aerofotogramétricos e o processamento em computador dos dados gerados, juntamente com a emissão dos próprios títulos.

Dentre os benefícios previstos para pequenos produtores, dentro do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP), está a distribuição de terras para 200 mil famílias. Essas terras serão obtidas de três formas: pela arrecadação de terras devolutas (públicas) sem ocupação; pela desapropriação de grandes propriedades improdutivas, por interesse social; e pela distribuição de terras já incorporadas ao patrimônio dos Estados.

Além do acesso à terra e da regularização de centenas de milhares de propriedades, o "Nordestão" também vai oferecer apoio na realização de projetos de irrigação pública, difusão de tecnologias, acesso aos mercados (serviços de preços mínimos, compra dos excedentes de produção, etc), e apoio para a disseminação de serviços sociais básicos.

Em todo esse trabalho, vai contar muito toda a experiência que vem sendo acumulada com a realização do projeto Incra/Bid, desde o final de 1981. Até o final de 1984, cerca de 130 mil famílias de produtores rurais nordestinos já haviam recebido os títulos de suas terras, graças ao Polonordeste. Esse programa implantou nove projetos fundiários, envolvendo 108 municípios nos estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Paraíba.

Para este ano faltará discriminar 1 milhão 266 mil hectares e demarcar 1 milhão 167 mil hectares, prevendo-se a conclusão de aproximadamente 70 mil processos de titulação. Com isso, praticamente 200 mil propriedades rurais terão sido regularizadas, dentro da meta inicial do projeto. Esse programa está sendo avaliado pelo governo brasileiro e pelo Banco Interamericano. E as análises favoráveis aos resultados obtidos já permitiram a negociação de outras etapas de trabalho.

Brasil (Polonoroeste) conta em suas metas para a área fundiária com o assentamento de 15 mil famílias em projetos de colonização, em área de 570 mil hectares, e a regularização de terras, por meio da discriminação, de 5,3 milhões de hectares e a demarcação de aproximadamente 600 mil hectares.

Somente o custo dos projetos de colonização está estimado em pouco mais de 257 milhões de dólares, sendo que dois deles — Urupá e Machadinho — ambos em Rondônia, estão em plena implantação. Ali já estão assentadas cerca de 3 mil famílias de colonos. Outro projeto, o Cujubim, está em início de execução, prevendo-se ainda um quarto projeto de colonização em Rondônia, batizado de "Capitão Silvio".

Criado em 1981, o Polonoroeste tem seu custo total estimado em 1,4 bilhão de dólares, para realização em um período de cinco anos. O programa tem o apoio do Banco Mundial e sua influência se estende por 243.044 quilômetros quadrados de Rondônia, e 167.114 quilômetros quadrados do Estado de Mato Grosso. A integração dessa região ao resto do país, juntamente com o desenvolvimento de um processo racional